

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

THALLES RENATO DIAS DOS REIS

**FUGINDO À REGRA: O ABANDONO VOLUNTÁRIO DA
CARREIRA POLÍTICA**

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2018**

THALLES RENATO DIAS DOS REIS

**FUGINDO À REGRA: O ABANDONO VOLUNTÁRIO DA
CARREIRA POLÍTICA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da
Universidade Federal de Viçosa como requisito para
obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais.

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2018**

THALLES RENATO DIAS DOS REIS

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da
Universidade Federal de Viçosa como requisito para
obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais.

APROVADA:

Prof. Diogo Tourino de Sousa
(Examinador)
(UFV)

Prof. Jeferson Boechat Soares
(Examinador)
(UFV)

Prof. Daniela Leandro Rezende
(Orientadora)
(UFV)

**“É preciso ter sofrido muito para que a felicidade
esteja em tão pouco”. (José de Alencar)**

Resumo

O abandono voluntário da carreira política, embora com poucos estudos que o investiguem, apresenta-se como uma excelente possibilidade no sentido de compreender o espaço político também pela ótica de quem esteve presente durante certo período e depois retirou-se. A literatura que subsidia toda essa discussão é aquela relacionada ao conceito de ambição política, com especial enfoque à ambição discreta. As maiores dificuldades relacionadas a essa investigação dizem respeito justamente à obtenção das informações pertinentes, uma vez que são de foro íntimo. Por isso, a forma que julgamos adequada para levar esta pesquisa a cabo foi através da realização de entrevistas semiestruturadas, garantindo a captação do discurso, juntamente com a experiência de ex-vereadores da cidade de Muzambinho-MG, que tiveram seu mandato, mas não tentaram a reeleição. Os resultados sugerem que a desilusão com a forma pela qual a política é praticada exerce grande influência no momento de decidir pela continuidade da carreira, associada principalmente a outros fatores como relacionamento com seus pares, idade e pertencimento a grupos minoritários na política.

Palavras-chaves: ambição política, reeleição, carreira política

Abstract

Voluntary abandonment of political career indicates an excellent possibility to analyze the political sphere, mainly from the perspective of those who were present during a certain period and then retired. Even considering the reduced number of studies about it, there is oriented literature to promote discussion, prioritizing concepts such as political ambition, especially on discreet ambition. Collect relevant information through people intimacy reveled one of major difficulties to proceed this investigation. Therefore, researchers recorded speeches by former city councilors from Muzambinho-MG through semi-structured interviews. The data demonstrate the political experience of elected candidates, which did not remain in the political career later. Results suggests that daily political reality and the ways it is conducted in Brazil are the main demotivating and disillusioning factors when politicians decide for the continuity of their political careers. Other factors also matter in this decision-making process, including relationship of a political with his/her co-workers, age and membership of minority parties in politics.

Keywords: political ambition; reelection; political career

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Diferentes perspectivas em relação à hierarquia de postos políticos no Brasil	17
Figura 2 – Estrutura da carreira política no Brasil na perspectiva de Miguel (2003).	17
Quadro 1 – Síntese e definição das principais hipóteses	23
Quadro 2 – Levantamento do número de casos de desistência	27
Figura 3 – Nuvem de palavras entrevista ex-vereador	30
Figura 4 – Nuvem de palavras entrevista ex-vereadora	32

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. CAPÍTULO 1 – FUGINDO À REGRA	12
3. CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA	24
4. CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DOS DADOS	27
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	45
7. ANEXOS.....	47

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é investigar as razões por trás do abandono voluntário da carreira política, na medida em que a perspectiva de quem retirou-se do espaço político pode ser uma interessante forma de compreendê-lo.

Nesse sentido, a discussão teórica a respeito de carreira política dá um nome às questões que envolvem o abandono, continuidade (reeleição), passo atrás e progressão (alçar voos maiores em relação ao posto eletivo): ambição política (LIMA, 2015). No dicionário, “ambição” diz respeito ao desejo de conseguir sucesso, obstinação em prol de um objetivo e coisas que o valham (DICIO, 2018). Contudo, embora o nome de batismo deixe escapar em sua completude os caminhos que a ambição política possa percorrer, inclusive, incorrendo no risco de deixar um aspecto importante dela órfão, como é o caso daquela ambição que, a bem da verdade, não é propriamente uma ambição, mas uma forma de fugir à regra da própria ambição: a ambição discreta.

As coirmãs da ambição discreta são as ambições estática, que é aquela em que o objetivo é a reeleição; a progressiva, na qual o objetivo é ascender a postos de maior prestígio político (veremos que cargos de maior prestígio político não são tão consensuais) (LIMA, 2015); a ambição dinâmica (SANTANA, 2006), que é estratégica por natureza, na medida em que o objetivo é estar em um posto eletivo, pouco importando se no executivo ou no legislativo; por último, a mais próxima da ambição discreta (LEONI, PEREIRA, RENNÓ, 2003), relacionada ao recuo de um cargo ‘maior’ para um ‘menor’, está a ambição regressiva.

Certa feita, li num livro de José Saramago¹ a seguinte frase: “o que é o prazer senão uma dor bastarda?”. Hoje, tomo a liberdade de utilizar uma paráfrase para nos situarmos neste trabalho: o que é a ambição discreta senão uma ambição bastarda? A ambição discreta, a qual daremos um enfoque especial neste trabalho, abrange os casos em que os/as políticos/as saem de cena, podendo ser voluntariamente ou não, embora nosso objeto específico aqui seja o abandono voluntário.

¹ O Ensaio Sobre a Cegueira. Companhia das Letras, 2016.

Ora, está explicado porque a ambição discreta é tão pouco privilegiada pela literatura, em que pese o fato de não faltarem exemplos do mundo real sobre ela. Por isso, a importância de darmos mais corpo a esse recorte e investigar as razões pelas quais ela existe. Afinal de contas, por que os/as políticos/as desistem de suas carreiras? Quais são os fatores determinantes que fazem com que no meio tempo entre início e fim de mandato haja a importante decisão de abandonar a carreira política? Será que existe um fio condutor comum que acaba por unir essas decisões?

Nossa intenção é investigar essas questões, obtendo informação diretamente na fonte, através da realização de entrevistas com ex-mandatários/as que se dispuseram a narrar um pouco de sua vivência, percepções e experiências na arena política, garantindo que tenhamos a possibilidade de conhecer as razões envolvidas na decisão e, à luz delas, entendermos mais essa pequena parcela desse imenso universo chamado carreira política.

Como tudo, devemos começar pelo início e o início da carreira política, muito embora não seja uma regra, é o cargo de vereador e vereadora. Onde? Na cidade de Muzambinho, encravada nas montanhas do sul de Minas Gerais. Quando? O recorte temporal por nós adotado é aquele que vai das eleições municipais de 2004 até as eleições de 2012. Muzambinho é uma cidade de pequeno porte, com uma população de 20.430 pessoas. Até o fim da legislatura 2009-2012 a cidade contava com 9 vereadores e vereadoras. A partir da legislatura seguinte o número foi ampliado para 11. Ou seja, dado o recorte temporal utilizado, trabalhamos num universo de 29 mandatos, no qual houve 5 casos (17%) de desistências voluntárias.

Assim, a pergunta que nos move é a seguinte: Por que houve o abandono voluntário da carreira política? Respondê-la, certamente nos possibilita ampliar nossa compreensão a respeito de um espaço que, segundo levantamento do Latinobarometro (2018), tem cada vez índices menores de confiança dos brasileiros e brasileiras, de modo que trazer ao centro do palco a perspectiva de quem vivenciou a experiência de participar do jogo político pode nos fornecer importantes indícios de sua vitalidade e eventuais vícios e virtudes.

Nosso objetivo é investigar os fatores relevantes à decisão de encerrar a carreira política. Especificamente, descrevê-los, a fim de contribuir para a construção desse recorte específico na análise das carreiras políticas que, como veremos adiante, carece de mais estudos.

Dentre as principais hipóteses relacionadas ao abandono da carreira política, estão a desilusão, o (mau) relacionamento com seus pares, o financiamento de campanha, questões relacionadas à saúde, idade, pertencimento a grupos enfrentam dificuldades estruturais para acessar a arena político-institucional, decisão partidária, ser da situação ou oposição e envolvimento em escândalos. Descobriremos quais delas mais se aplicam à realidade e recorte no qual analisaremos.

O trabalho está dividido em três capítulos, mais as considerações finais. No primeiro, nós passaremos pela origem do conceito e discussão a respeito da ambição política, mostrando como é um campo com muito a ser explorado. No segundo, abordaremos os aspectos metodológicos do trabalho. No terceiro, apresentaremos os resultados do trabalho de campo, onde veremos que, dentre outros, o relacionamento com colegas de vereança e a idade têm especial relevância nos casos por nós analisados. Por fim, nas considerações finais faremos um balanço e sugestões de tema para pesquisas vindouras, ao passo que uma análise de um universo maior e mais diversificado possa contribuir ainda mais à temática em questão.

2. CAPÍTULO 1 – FUGINDO À REGRA

O risco, assim como em qualquer outra esfera de nossa existência, é inerente também à carreira política, e isso leva a um fenômeno avesso àquilo que poderíamos supor como um caminho normal, ou ideal, da carreira política: a progressão. Ora, se deixarmos a viabilidade eleitoral fora da análise, fatores relacionados à remuneração, maior equipe e visibilidade ganham força nas escolhas que nortearão a carreira política. Logo, é de se esperar que sob condições ideais, isto é, com os riscos minimizados, o/a político/a sempre buscará alçar voos maiores em relação ao cargo que detém (BARRETO, 2017; LIMA, 2015; LEONI, PEREIRA, RENNÓ, 2003).

É justamente sobre estas questões que a literatura política tem se debruçado na tentativa de compreender como se dão as estratégias políticas dos atores. Um estudo seminal neste sentido é o livro de Schlesinger (1966), “Ambition and Politics”, que traz como principal elemento o conceito de ambição política. Na perspectiva de Schlesinger (apud CORRÊA, 2016), as ambições seriam de três tipos. A primeira delas é a ambição discreta, que se caracteriza pelo desejo de conseguir o cargo eletivo, exercer um mandato e depois retirar-se da vida pública. A segunda é a ambição estática, na qual o/a político/a tenciona se manter no cargo através da reeleição. Por último, está a ambição progressiva, que diz respeito ao desejo de galgar postos políticos de maior envergadura (CORRÊA, 2016; LIMA, 2015).

A discussão é fértil no que diz respeito às ambições estática e progressiva. Numa vertente explicativa que busca compreender o suposto baixo índice de institucionalização² da Câmara dos Deputados brasileira, está o argumento de Samuels (2003 apud BARRETO, 2017), segundo o qual as ambições estariam relacionadas ao desempenho parlamentar. Isto é, em sua perspectiva, os/as políticos/as são movidos/as predominantemente pela ambição progressiva; ou seja, aqueles ou aquelas que são ‘fracos/as’ ou que apresentam um desempenho parlamentar sem destaque, tenderiam a pleitear a reeleição. Por outro lado, os/as políticos/as ‘fortes’, que têm um exímio desempenho parlamentar, alçar-se-iam a cargos no executivo³, o que além de explicar a ambição progressiva, favoreceria a baixa

² Segundo Barreto (2017), a teoria da institucionalização de Polsby afirma que o alto índice de permanência de políticos/as na esfera legislativa está ligado ao grau de institucionalização desta arena.

³ Segundo Graça e Souza (2014) os cargos no executivo, além de mais visíveis, seriam mais atrativos em função da maior capacidade de influenciar políticas públicas e autonomia na distribuição de recursos. Por isso almejá-los seria mais interessante do que reeleição.

institucionalização da arena legislativa (BARRETO, 2017; LEONI, PEREIRA, RENNÓ, 2003; CORRÊA, 2016; MANCUSO et al, 2013).

Esse argumento é refutado nos trabalhos de Leoni et al (2003) e de Mancuso et al (2013). Para os primeiros, ser um/a político/a de destaque na atuação parlamentar não implica diretamente no fato de que estes/estas tentarão se lançar a postos políticos no executivo⁴; pelo contrário, os autores afirmam que os/as políticos/as que conseguem destaque na atuação parlamentar, que sob a perspectiva de Samuels (2003 apud BARRETO, 2017) são considerados/as fortes, terão maiores chances de sucesso no pleito à reeleição. Já para Mancuso et al (2013), não é o predomínio da ambição progressiva em direção ao executivo que orienta a estratégia política, mas tão somente um cálculo no qual os riscos e custos da decisão são colocados em análise.

Como bem salienta Miguel (2003), a ambição progressiva não pode ser encarada como algo dado, ao contrário, é razoável supor que haja a possibilidade de que um/uma político/a recue em prol de uma vitória maiúscula ou lance seu nome visando torná-lo mais conhecido e preparar o terreno para futuras investidas. Como é o caso, por exemplo, de vereadores/as que lançam seus nomes para concorrer a um cargo de deputado federal ou estadual.

Essa dimensão estratégica é extremamente favorável a quem detém o cargo legislativo. Como o pleito municipal não coincide com as eleições gerais, os/as vereadores/as podem lançar-se como candidatos/as a deputados/as e os deputados/as, por sua vez, têm a possibilidade de lançar-se ao cargo de prefeito/a, por exemplo, e ambos não perdem o seu mandato. Essa situação elimina por completo o risco da empreitada, uma vez em que não há ônus, e sim o bônus de colocar seu nome em voga (MIGUEL, 2003; LIMA 2015). Além do mais, Barreto (2008), ao analisar a câmara de vereadores de Pelotas, no Rio Grande do Sul (RS), mostra-nos que aqueles/as vereadores/as que pleitearam uma vaga a deputado/a e não conseguiram se eleger, tiveram bons índices de reeleição e aumento de votação em relação ao pleito anterior.

Por outro lado, aqueles/as detentores/as de cargos no executivo, além de terem que renunciar ao mandato caso queiram pleitear algum outro cargo eletivo, ainda se deparam com um grande empecilho: o número de mandatos é limitado. Ou seja, obrigatoriamente terão que

⁴ Para Samuels, ao analisar o sistema de disputa da política brasileira, cargos no executivo são a “menina dos olhos” dos/as políticos/as, o que consequentemente faria dos postos nos legislativos além de menos desejados, apenas uma etapa necessária para um objetivo maior: o executivo (CORRÊA, 2016).

pensar noutras maneiras de prosseguir com suas carreiras. O risco neste caso é muito maior. Vejam bem, caso o/a prefeito/a de uma cidade que já foi reeleito/a e, em função disso, não pode mais apostar na reeleição, opte por terminar o seu segundo mandato de forma integral, inevitavelmente terá que esperar dois anos para lançar-se como candidato/a a outro cargo eletivo. De outra maneira, caso opte por abandonar o segundo mandato e não logre êxito no pleito, novamente ele/ela terá que esperar mais dois anos para candidatar-se a um cargo eletivo. A única maneira de continuar num posto político seria através da ocupação de cargos públicos não-eletivos (BARRETO, 2017).

Portanto, a ousadia (isto é, lançar-se a outros cargos) daqueles/as que detêm postos no legislativo não pode ser compreendida apenas como um direcionamento incondicional na busca por cargos no executivo ou cargos legislativos em outros níveis da federação, que servirão como rito de passagem para um futuro cargo no executivo. Mas, sim, como uma interação dos atores com a estrutura de oportunidades que o sistema político de determinado país oferece.

David Mayhew (1974 apud LIMA, 2017) em seu estudo sobre o comportamento dos congressistas norte-americanos, aponta que a reeleição é o principal objetivo dos legisladores e que isso explicaria grande parte de sua atuação. Porém, embora tal estudo tenha sido feito em uma realidade diferente da brasileira, principalmente pelo fato de que aqui não há a senioridade no legislativo, ou seja, o tempo de casa não é critério considerado na distribuição de cargos importantes na arena legislativa, ainda é possível que tomemos como exemplo e reflitamos sobre como as estruturas de oportunidade influem nas decisões.

Pensemos em um exemplo hipotético: imaginemos uma deputada estadual, líder de seu partido na assembleia legislativa, que decide concorrer ao pleito majoritário de uma cidade de grande porte, mas não obtém êxito. Não poderíamos ser levianos a ponto de supor que seu objetivo não era ser eleita, mas o fato é que não foi, e isso não significa o fim do mundo ou da carreira política dela, pelo contrário, como ora exposto, isso pode fazer parte de uma estratégia na qual ela seguiu interesses do partido; colocou seu nome em destaque; e pode ter preparado terreno para futuras candidaturas, inclusive à reeleição (LIMA, 2015).

Essa peculiaridade estratégica dos cargos no legislativo fica bem ilustrada a partir de nosso exemplo hipotético. A deputada em questão não precisou abandonar o cargo eletivo para concorrer à prefeitura. Ao mesmo tempo, não nos parece razoável supor que seu

movimento foi pensado apenas no que concerne à ambição progressiva. Como veremos adiante, apontar com exatidão a hierarquia entre os cargos políticos no Brasil não é uma tarefa óbvia e consensual. Logo, a estrutura de oportunidades favorece padrões diferentes de carreira política, não obedecendo a uma ordem tão cristalina..

É o que nos mostram Graça e Souza (2014, p.331) quando chegam à conclusão de que lançar-se ao cargo majoritário durante o mandato eletivo traz benefícios mesmo quando o êxito não é alcançado no pleito. Pois,

A menor visibilidade gerada pelas campanhas proporcionais pode ser contrabalançada pela maior exposição característica das campanhas majoritárias, sejam elas para senador, governador ou até mesmo prefeito. Entretanto, para aqueles que querem investir na carreira política, mas não se sentem prontos ou motivados para saltos mais altos, as candidaturas alternadas para o Legislativo federal e para os Executivos municipais podem ser um meio de aumentar a visibilidade do político, mesmo que ele não se torne prefeito.

Nesse sentido, as estratégias de carreira política se mostram bem mais complexas do que aquela tipologia proposta por Schlesinger (1966, apud LIMA 2015) e Samuels (2003 apud BARRETO, 2017) no início do capítulo. Assim, para Borchert (2009, 2011 apud CORRÊA, 2016, p.14) “a existência de uma estrutura multinível de governo complexifica a abordagem da teoria da ambição ao proporcionar padrões de estruturação de estratégias de carreira que vão muito além das tipologias pensadas por Schlesinger”

Então, o que teríamos no Brasil seria um ambiente integrado de oportunidades políticas, o que, segundo Lima (2017, p. 09)

caracteriza-se pelo fácil trânsito entre as diferentes instituições e níveis de governo – devido às poucas restrições de profissionalização e poucos constrangimentos institucionais à circulação dinâmica. Além disso, a hierarquia de cargos disponíveis é pouco clara, bem como há ausência de padrões claros de direção dos movimentos de carreira.

Tal cenário favorece a construção de carreiras híbridas, ou seja, não há a profissionalização estrita no legislativo ou executivo, e sim uma combinação na qual ora se é legislador e ora se pertence ao executivo (LIMA, 2017). Conceitualmente, Santana (2006) chama isso de ‘ambição dinâmica’, que é caracterizada quando o que importa para o/a político/a é ter um cargo eletivo. Isso a torna uma ambição estratégica por natureza.

A permuta entre as instituições é chamada por Borchert (2011 apud Lima, 2017) de *linkage*. O *linkage*⁵ é caracterizado por três formas: i) experiência; ii) antecipação; iii) coordenação. O primeiro diz respeito à perícia adquirida pelo trabalho em postos outrora ocupados. A antecipação acontece quando um/uma político/a deseja ocupar um cargo diferente do que ele/ela detém no momento, e para concretizar tal desejo sua atuação é voltada de forma a satisfazer essa estratégia. O terceiro elemento que compõe o *linkage* está relacionado à acumulação de cargos públicos. Um exemplo disso é quando um/uma deputado/a pede licença para ocupar um cargo não-eletivo no executivo (sem que ocorra perda do mandato), ou quando há a ocupação de cargos no partido paralela ao mandato.

Ao encontro disso está o posicionamento de Miguel (2003, p. 118) segundo o qual “uma carreira ‘ideal’ combina experiências nos dois poderes”, pois tanto as eleições quanto a atividade do executivo municipal são de grande visibilidade. Por outro lado, a carreira legislativa é um espaço privilegiado de socialização política entre as elites. E para o autor, essas duas características são essenciais ao sucesso de uma carreira política, pois é preciso popularidade junto ao eleitorado e, óbvio, também o fácil trânsito entre seus pares. Nesse sentido, há o reforço da ideia de que no Brasil o que prevalece é um sistema integrado de oportunidades políticas (LIMA, 2017; CORRÊA. 2016). Pois, quando a hierarquia entre os postos políticos não é tão clara, perde-se a capacidade de apontar com precisão quais os cargos são mais valiosos e desejados.

Ora, é possível dizer que o cargo de senador/a é mais valioso do que o de deputado/a federal e este, por sua vez, mais valioso do que o de deputado/a estadual; entretanto, o que é mais valioso: ser governador/a de qualquer outro estado ou ser prefeito/a de uma Capital, como São Paulo ou Rio de Janeiro, por exemplo? Secretário/a estadual é mais valioso que um/a deputado/a federal? Qual o peso do cargo de vice? (LIMA, 2013) Tais questões ainda não apresentam claro consenso na literatura. É o que podemos ver através da figura elaborada por Iana Alves de Lima (2017), na qual se evidencia como a percepção de uma suposta hierarquia ainda é difusa.

⁵ Segundo Lima (2017), onde há maior *linkage* o nível de coordenação entre as instituições é alto, entretanto provavelmente a *accountability* é menor. Por outro lado, menor *linkage* significa maior autonomia entre as esferas de governo.

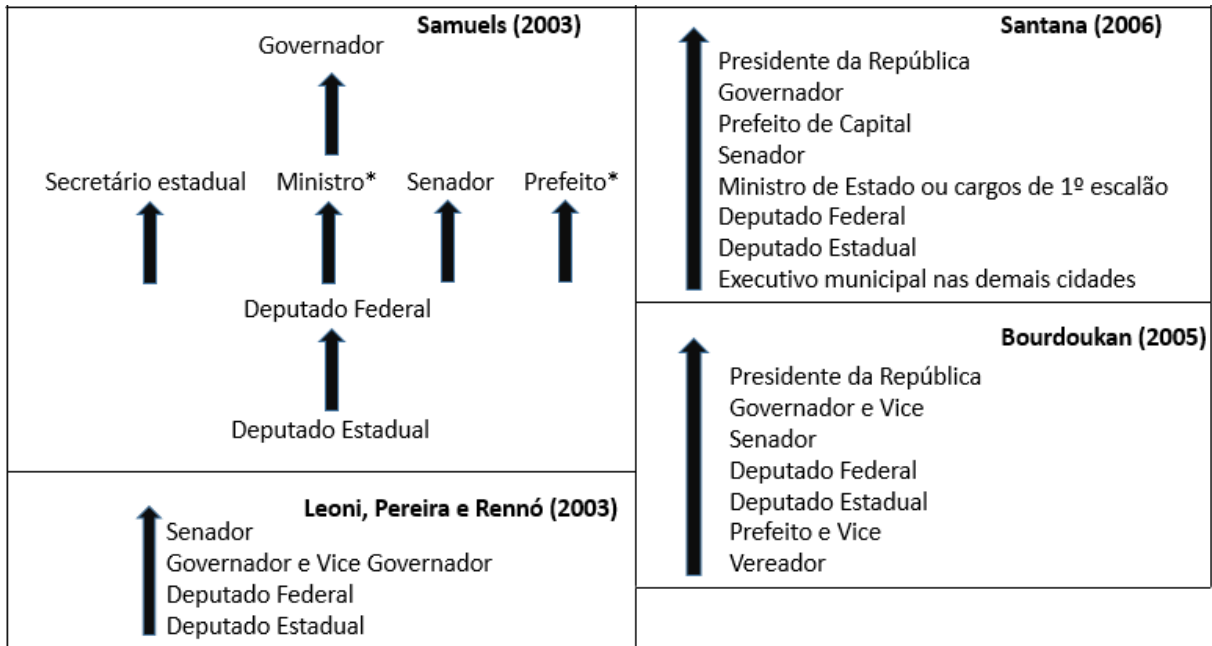


Figura 1: Diferentes perspectivas em relação à hierarquia de postos políticos no Brasil.

* Para Samuels (2003 apud Lima, 2017) os cargos de ministro/a e prefeito/a são relativos, pois dependem da quantidade de recursos e autonomia política.

Fonte: Lima (2017)

Muito embora reconheça que a falta de estudos a respeito implique no fato de que os apontamentos de uma estrutura de carreira política no Brasil sejam elaborados de maneira quase intuitiva, Miguel (2003) traz em seu trabalho uma figura que complementa a anterior. Nas caixas brancas estão os postos que não são eletivos.

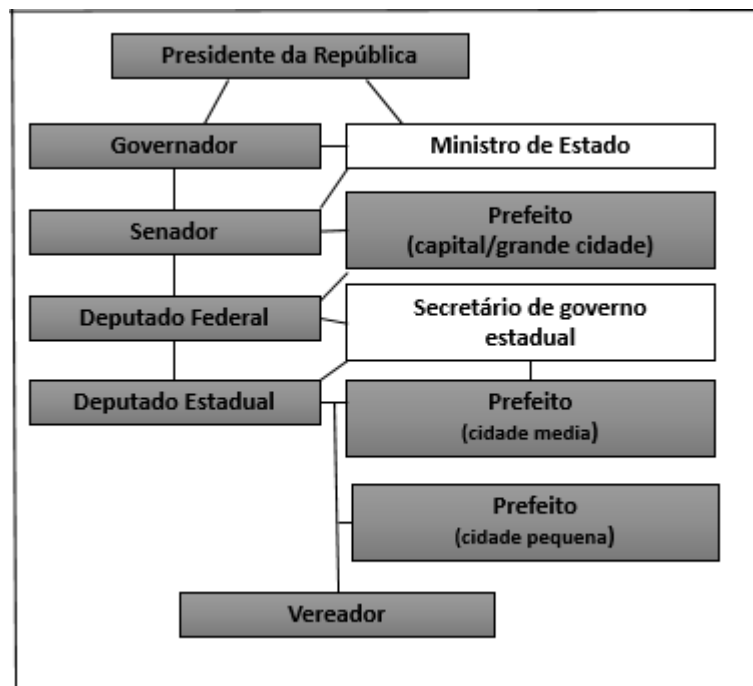


Figura 2: Estrutura da carreira política no Brasil na perspectiva de Miguel (2003).

Fonte: Miguel (2003)

Retomando novamente o nosso exemplo hipotético, é possível ilustrar o quão controversa é a questão da hierarquia entre os postos. Na figura 1, nas estruturas de carreira que trouxeram à cena os cargos de deputado/a estadual e de prefeito/a⁶ (executivo municipal), não nos parece ser consensual e clara a definição de qual destes cargos é mais valioso. Assim, conforme sustentam Lima e Barreto (2017, p.95), “nem sempre há consenso se passar do cargo X para o Y constitui ambição progressiva ou regressiva”. Isso se reflete no nosso exemplo, pois, caso saísse vitoriosa do pleito, a personagem abandonaria o cargo de deputada estadual e assumiria o mandato de prefeita de uma cidade grande, mas que não é uma capital. Houve progressão ou regressão?

É isso que significa um ambiente integrado de oportunidades políticas, tal qual defendida por Borchert (2011 apud Lima, 2017). Enquanto para alguns autores/as ser prefeito/a é sempre mais vantajoso do que ser deputado/a estadual, para outros/as, como consta na figura 2, por exemplo, vai depender do tamanho e importância da cidade.

Aproveitando o ensejo dessas sínteses que são apresentadas nas figuras 1 e 2, é fácil ver que as instâncias legislativas municipais são pouco apreciadas pela literatura, aparecendo como compondo a estrutura da carreira política apenas em duas ocasiões. Embora o próprio Miguel (2003) tenha colocado o cargo de vereador/a no rol das estruturas de carreira política, em análise feita posteriormente no artigo, mostrou que apenas 22,9% dos eleitos/as à Câmara dos Deputados no período entre 1986 e 1998 passaram pelas Câmaras Municipais.

Ter sido vereador/a, portanto, não é uma condição necessária para uma carreira política. Apesar disso, o legislativo municipal – e aí parece haver certo consenso – é tido como um cargo “grau zero”, ou seja, o pontapé inicial de uma carreira política (BARRETO, 2008; LIMA, 2013, 2015), na qual a experiência adquirida em esferas tidas como inferiores aumentaria a eficiência e astúcia política nas demais. Embasa-se tal afirmação a partir de alguns elementos, tais quais como ser o cargo de maior disponibilidade, com algo em torno de 58 mil cadeiras em disputa. A depender do tamanho do município, ele pode ter no mínimo 9 e no máximo 55 cadeiras. Também é tido como o cargo eletivo de menor prestígio político, o

⁶Samuels (2003 apud BARRETO, 2017) coloca o cargo de prefeito/a como sendo superior ao de deputado/a estadual, porém faz a ressalva de que esta superioridade estaria condicionada à autonomia política e recursos. Santana também faz a separação entre capitais e demais cidades. Fato este que, a nosso ver, os aproximam mais ao que traz Miguel (2003) à figura 2, na qual há a separação entre cidades pequenas, cidades médias e grandes/capitais, ou seja, quanto maior a cidade e/ou importância política, mais recursos disponíveis.

que significa que para esse cargo não cabem as análises de ambição regressiva⁷, pois não existe o “passo atrás” (LIMA, BARRETO, 2014).

A partir disso, como sustenta Barreto (2008, p.134), a ambição estática aparece no horizonte como um algo plausível ao/à vereador/a, uma vez em que ele/ela “raramente é nomeado[a] para algum cargo de alto valor estratégico na escala federal e praticamente não tem opções de postos políticos eletivos de menor expressão”. Lima (2013) sugere que além de não ser motivo para nenhum assombro, é inclusive muito comum que vereadores/as iniciem e encerrem suas carreiras como vereadores/as.

Como é o cargo eletivo com maior facilidade de acesso, o/a vereador/a teria mais dificuldade em pensar num próximo passo, ou seja, a ambição progressiva neste caso não encontra ares de bonança. Ora, as eleições majoritárias são muito mais desafiadoras, além disso, apenas uma chapa se elege. Por sua vez, as campanhas a deputado/a estadual são muito mais onerosas tanto política quanto economicamente.

Antes de ser progressivamente ambicioso/a, o/a político/a deve fazer um cálculo sobre o que ele/ela coloca em xeque no caso de pleitear um cargo de natureza eleitoral e dificuldades diferentes. É este o grande argumento de Leoni, Pereira e Rennó (2003, p.46) quando dizem que “as escolhas de carreira do legislador não são orientadas apenas pelas compensações do cargo pretendido, tais como remuneração mais alta ou equipe maior, mas também pela viabilidade eleitoral dessa escolha”.

Percebam que até aqui a discussão pautou-se principalmente sob o viés neoinstitucionalista da Teoria da Escolha Racional (CORRÊA, 2016). O que, segundo Florentino (2009, p.35)

Além de desconsiderar quais poderiam ser outras intencionalidades da ação, que podem ser classificadas de racionais tanto quanto as motivações materiais, esse enfoque se perde na não-explicação do *porque* o cargo é ambicionado por algumas pessoas e não por outras. Na crítica de Elster (1987, 17;26), uma das falhas da explicação da teoria da escolha racional é justamente que ela não consegue explicar os casos em que as pessoas fogem da regra, não podendo, portanto, configurar como uma teoria social com a grandeza que se propõe.

⁷ Leoni, Pereira e Rennó (2003, p.59) ampliaram o escopo de análise do conceito de ambição política com essa nova classificação. Para eles, é uma ambição muito realista, pois ela acontece quando os/as políticos/as diante da possibilidade e do risco de não se elegerem “optam por concorrer a um cargo com recursos menores, status menor e mais fácil de vencer”.

E é exatamente aí que reside o cerne deste trabalho: a busca pela compressão do porquê alguns/algumas políticos/as optaram por se retirar do jogo político. O que é, como a citação traz, uma forma de fugir à regra. Até agora, a carreira política foi sempre abordada numa perspectiva na qual a retirada do jogo parecia não fazer parte do contexto, como se fosse uma anomalia do processo. Mas não é. Embora muito pouco privilegiada pela literatura, é algo que acontece e saber suas motivações pode revelar algumas nuances até então despercebidas sobre o espaço político. Florentino (2009, p.25) trouxe uma frase de Michel Offerlé (1965 apud FLORENTINO, 2009) que representa a essência do que nos propomos aqui: “se compreende bem um espaço estudando os entrantes e os retirantes”.

Nesse sentido, o que dificulta a análise dos/das retirantes é o fato de que os determinantes da escolha de se retirar da política vêm à tona somente quando o/a político/a os tornam públicos. Mesmo assim, as revelações tendem a ser mais gerais e não muito específicas. Por sua vez, a literatura trata a questão muitas vezes numa perspectiva neutra, isto é, isenta de um aprofundamento no qual as razões para a decisão não é explorada (CORRÊA, 2016). O que nos resta, portanto, na maioria das vezes, são as hipóteses de que a literatura trata.

Dentre as hipóteses elencadas por Florentino (2008, p.52) para explicar as circunstâncias que levam o/a político/a excluir-se da carreira legislativa estão: o desgaste com o processo político. Nesta hipótese são contempladas as seguintes variáveis: pertencer ou não à base governista; idade avançada (não só absoluta, como também a geracional), que significa que “há momentos históricos que facilitam a emergência de novas lideranças, e, conseqüentemente, a saída de outras, formando gerações políticas”.

A segunda hipótese é a de que envolver-se em algum escândalo durante a carreira é algo determinante ao seu prosseguimento. Entretanto, devemos analisá-la com prudência, na medida em que tanto os/as acusadores/as quanto os/as acusados/as recebem visibilidade, e, por isso, “há que se ter cautela em afirmar qual dos lados é prejudicado ou beneficiado com essa cobertura, um acusado pode não ser prejudicado como previsto, assim como o acusador pode receber vários estigmas” (FLORENTINO, 2008, p.53).

Por fim, a autora chega à conclusão de que os/as políticos/as que se retiram da arena legislativa são aqueles/as que, pela idade avançada, envolvimento em escândalos ou por pertencer a grupos em decadência enxergam que suas capacidades de influenciar o jogo

político já estão esgotadas; ou fazem parte de algum grupo que enfrentam maiores obstáculos tanto para entrar quanto para se manter na política, como, por exemplo, mulheres e aqueles/as que são estreantes no mandato⁸, suplentes e parlamentares de bancadas com menos visibilidade (FLORENTINO, 2009).

Em sua dissertação, Florentino (2009, p.81) traz o relato bastante interessante no qual, além de evidenciar que os/as políticos/as têm como instinto básico a sobrevivência política, ainda nos fornece outra hipótese para o fenômeno da desistência: a falta de recursos. A revelação de Roberto Freire, do Partido Popular Socialista, (PPS/PE), ainda aponta quais seriam outros fatores externos relevantes ao prosseguimento de uma carreira:

Vou te contar uma coisa: não existe isso de um político desistir por vontade própria. Nunca, isso não existe. O que acontece é que fatores externos levam a pessoa a tomar essa decisão. Um político sempre está planejando para alçar novos voos. (...) [Os fatores externos são] falta de estrutura da máquina pública, partidária não importa tanto, o grupo de prefeituras no estado que te apoiam conta muito mais, estrutura para arrecadar dinheiro para a campanha. Nas campanhas de hoje não se faz mais campanha sem dinheiro, quando eu entrei na política ainda se fazia. Isso sim faz alguém desistir. Mas o próprio candidato não desiste se tiver isso.

No trabalho de Barreto (2008, p.135), por sua vez, são elencados quatro motivos que são causas de desistência. O primeiro é a saída voluntária para concorrer a algum outro cargo ou para tomar posse num cargo político de confiança. O segundo é quando há o impedimento por lei. A terceira causa está associada à morte ou doença que impeçam a continuidade da carreira. Por fim, a estratégia ou decisão partidária⁹ de não aprovar a candidatura, o que aproxima-se à fala exposta acima.

O estudo de Barreto (2008) ainda nos aponta que, entre 1982 e 2004, houve 23 desistências, num universo de 126 que passaram pela Câmara de Pelotas (RS), ou seja, 18,3%. Desses, 11 (61,1%) abandonaram para concorrer a um outro cargo legislativo. Seis foram os casos de políticos/as que decidiram por não concorrer ao pleito subsequente: dois casos em função de aposentadoria depois de longa carreira política; dois abandonos pela total desilusão com a carreira política; e dois deram uma pausa. Além desses, há um caso de desistência em função de inelegibilidade; finalmente, um caso de morte e três que abandonaram para assumir

⁸A literatura classifica de forma diferente os/as novos/as e novatos/as na política. Novos/as são aqueles/as que estão estreando em seu mandato. Novatos correspondem àqueles/as que já tiveram um cargo legislativo na casa correspondente, ausentaram-se e retornaram (BARRETO, 2008)

⁹Barreto (2008) afirma, a partir de sua pesquisa, que nunca houve desistências relacionadas à não aprovação do partido na cidade de Pelotas-RS.

o mandato de deputado estadual. O autor também reconhece a importância de uma investigação mais profunda sobre os motivos da desistência.

Outra análise a respeito é a de Leopoldi (1973, p.87), que enxerga a entrada na vida política apenas como uma forma de adquirir maior status social que servirão para a cumprir outras metas pessoais, pois

O Legislativo beneficia tanto aos que continuam a carreira política quanto aos que dela se retiram para a vida particular. Daí que o interesse de alguns candidatos em entrar na vida política deve-se muito menos a uma ambição de seguir a carreira política por uma 'vocação', do que a um desejo de fazer dela apenas um uso instrumental para a sua própria ascensão na vida privada.

A conclusão da autora reside na afirmação de que tanto os políticos/as profissionais quanto os/as casuais (que visam ascender na vida social) existem. O que ela chama a atenção, porém, é que entrar na vida política não é algo que está aberto a todos e todas, uma vez que “a instituição legislativa permite a ascensão de quem já está ascendendo na sociedade ou pelo menos se encontra numa situação de estabilidade” (LEOPOLDI, 1973, p.87).

Ademais, Florentino (2008), por exemplo, ao mencionar o trabalho de Hibbing (1982), que investigou por mais de 20 anos a questão do abandono de carreira dos/das políticos/as norte-americanos, nos mostra o que ele encontrou de mais recorrente nos discursos dos/das políticos/as retirantes: perda de privacidade em função da excessiva exposição midiática; necessidade de aproximar-se da família; problemas relacionados ao financiamento de campanha; desilusão com a política; problemas de relacionamento com demais colegas de plenário.

Uma das hipóteses testadas por Mancuso et al (2013) é que deputados/as federais paulistas não pertencentes à base governista teriam maior tendência a sair, hipótese que não se sustentou. Outra hipótese desse trabalho é referente à concentração geográfica do voto, isto é, quanto mais definida geograficamente sua votação, maiores chances de permanência do jogo político, hipótese que se confirmou.

Isso posto, apresentaremos a seguir um quadro no qual condensaremos todas as hipóteses encontradas na discussão acima, com sua respectiva definição:

<i>Hipótese</i>	<i>Definição</i>
<i>Desilusão com a política</i>	Quebra de expectativa em relação ao que esperava da atividade política
<i>Idade</i>	Não só absoluta, como também a geracional
<i>Recursos</i>	Falta de recursos políticos e econômico
<i>Relacionamento</i>	Mandato marcado por crises e conflitos com demais membros da casa legislativa
<i>Oposição/situação</i>	Pertencer à oposição pode estimular o abandono da carreira
<i>Estratégia partidária</i>	Quando o partido decide por não lançar a candidatura
<i>Intensidade de atuação</i>	Quanto mais intensa a atuação, maior a probabilidade de não abandonar
<i>Atividades profissionais</i>	Conciliar a vereança com o trabalho
<i>Minorias políticas</i>	Pertencer a grupos que têm dificuldades de acessar e manter-se na arena política

Quadro 1 – Síntese e definição das principais hipóteses

Vê-se que os constrangimentos à continuidade da carreira política são inúmeros. Entretanto, a discussão que a literatura promove, salvo algumas raras exceções, privilegia muito mais as questões relacionadas às ambições estática, progressiva, regressiva e dinâmica, associando-as às estruturas de oportunidade que moldam a ambição política. A ambição discreta, neste sentido, acaba por ser negligenciada. A maioria dos autores e autoras reconhecem e a incluem em suas análises, mas o fato é que tal questão não é suficientemente respondida. É preciso uma investigação mais qualitativa se quisermos aumentar nossa compreensão a respeito do tema.

Portanto, apresentado os aspectos gerais que a literatura discute a respeito do nosso tema, passemos agora aos aspectos metodológicos deste trabalho, utilizados para que concretizássemos os objetivos estabelecidos.

3.CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA

Como dito na introdução, nosso problema de pesquisa diz respeito ao abandono voluntário da carreira política, e a forma que julgamos mais adequada para levarmos a cabo nossa investigação foi através da utilização de entrevistas semiestruturadas. Segundo Manzini e Toloí (2013), as entrevistas semiestruturadas são aconselhadas quando as informações mais valiosas ao objetivo do trabalho não estão à disposição para observação, o que implica que é preciso ir direto à fonte para alcançá-las. Sendo assim, essa escolha nos permite o contato com versões, percepções e compreensões que o indivíduo tem de um dado fenômeno.

Mas como nem tudo são flores, naquela que é a principal virtude do meio pelo qual resolvemos adotar, reside seu principal entrave. É o que Florentino (2009) nos expõe ao narrar em sua dissertação as dificuldades de realização das entrevistas com políticos/as, na medida em que, além de serem difíceis de concretizá-las (em virtude da negativa por parte do/da informante), quando elas acontecem ainda há que se levar em conta o risco de que haja uma postura evasiva do/a entrevistado/a.

No trabalho de Florentino (2009), em uma seção intitulada “Relato: entrevistas em Santa Catarina”, ela nos mostra como a aspiração de realizar entrevistas foi logo abalada pela dura realidade. Isso porque as entrevistas se mostraram um caminho tortuoso demais. Dos 250 casos de desistência¹⁰ entre 1990 e 2006, ela conseguiu entrevistar apenas dois em Brasília: Chicão Brígido do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB/AC) e Roberto Freire do Partido Popular Socialista (PPS/PE). Via e-mail ela entrevistou a Sandra Starling do Partido dos trabalhadores (PT/MG) e Marcos Afonso (PT/AC). O número baixo de entrevistas deixou-a preocupada. Até que finalmente, em uma viagem a Florianópolis, ela conseguiu realizar mais três: Antônio Carlos Konder Reis do Democratas (DEM/SC), César Souza (DEM/SC) e Dirceu Carneiro do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB/SC).

As vantagens relacionadas ao uso das entrevistas semiestruturadas são, conforme expõe Quaresma (2005): amostra populacional que corresponde mais precisamente aos interesses da pesquisa; como mencionado acima, a vantagem do acesso ao discurso do/a

¹⁰ A autora também trata como desistência a candidatura a cargos de menor prestígio. Portanto, dos 250 casos encontrados, 169 correspondem a saída de cena. 81 foi o número de casos de políticos/as que concorreram a um cargo de menor envergadura.

informante, de modo que este esteja acessível à interpretação; o tempo à disposição para o diálogo, ao contrário de uma entrevista fechada, por exemplo, permite um acesso mais amplo e completo a respeito do tema; a espontaneidade gerada através da interação face a face também é um item de grande valia.

Já os contras dizem respeito à dificuldade inerente ao próprio procedimento, uma vez que a entrevista não é meramente uma conversa informal acerca do tema em questão, mas, sim, uma situação na qual o/a pesquisador/a tem de incitar uma reflexão que acarrete num discurso que seja relevante à problemática do trabalho. Isso supõe uma colaboração mútua, tanto do pesquisador quanto do/a informante.

Portanto, após pesar tanto os prós, quanto os contras por seguir esse caminho, chegamos à conclusão de que as vantagens esperadas seriam muito maiores em relação aos possíveis contratempos que estaríamos expostos. Ora, a produção de um material oriundo das experiências dos/as políticos/as que se retiraram da vida pública é um dos gargalos que a literatura apontou em relação ao nosso problema de pesquisa. Sendo assim, tal análise possibilita uma maior compreensão deste espaço e fenômeno.

Quanto à seleção dos/das entrevistados/as, esta se deu a partir de uma busca realizada no sítio eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com o intuito de encontrar aqueles/as políticos/as que lograram êxito num determinado pleito eleitoral, exerceram o mandato e não lançaram candidatura à reeleição no subsequente para quaisquer cargos, seja ao executivo ou legislativo tanto municipal, quanto nos demais níveis da federação. Optamos por iniciar nossa análise a partir do cargo de vereador/a, o que torna a pesquisa exequível, ao passo que o dispêndio de recursos para efetivá-la não nos impõe uma barreira.

O recorte temporal adotado é aquele que compreende as eleições municipais realizadas de 2004 a 2012. Consideramos que a análise desse período forneceria o número de casos suficientes para a investigação da pesquisa. Além disso, como nosso objetivo é compreender as razões pelas quais houve a desistência da vida pública através do discurso dos/as políticos/as que se dispuseram a falar, o adiantado do tempo em relação aos pleitos anteriores ao período em questão poderia fazer com que os motivos não estejam mais tão claros às pessoas que compõem a amostra.

Já o recorte espacial da pesquisa é com relação aos casos que aconteceram na cidade de Muzambinho, Minas Gerais. Cidade esta que é situada ao sul do estado, com uma

população estimada em pouco mais de 20 mil habitantes, na qual a cafeicultura é seu principal motor econômico. A Câmara Municipal de Muzambinho contava até as eleições de 2008 com um contingente de 9 vereadores/as; a partir de 2012 esse número subiu para 11¹¹. A opção por analisar casos oriundos de Muzambinho se deu eminentemente por questões práticas, uma vez que é a cidade de residência do pesquisador. Acreditamos que o contato e a aceitação de realizar a entrevista seria facilitado, na medida em que as cidades de pequeno porte propiciam uma certa familiarização, em razão da proximidade das relações, entre pesquisador e entrevistados/as.

Ao longo do período analisado, houve um total de 5 casos de desistências e nossa intenção inicial era a realização de um censo, no qual pudéssemos acessar ao discurso dessa amostra. Entretanto, como a participação na pesquisa envolve aspectos que vão desde a voluntariedade até o fato de não haver nenhum tipo de receio ou constrangimento para revelar aspectos relevantes de sua trajetória política, tivemos, então, algumas recusas que acabaram por impossibilitar a concretização de nosso desejo inicial. De qualquer modo, ainda conseguimos a realização de duas entrevistas, uma com um homem e outra com uma mulher, o que é interessante na medida em que nos abre a possibilidade de comparação entre dois discursos.

A transcrição da entrevista aconteceu sempre imediatamente após sua realização, seguindo os conselhos de Duarte (2004), nos quais ela nos aponta para a importância de que isso seja realizado antes das próximas, pois nos abre a possibilidade de corrigir eventuais erros e reavaliar seu desenvolvimento.

¹¹ De acordo com a Emenda Constitucional nº 58/09, no artigo 29, os municípios que tenham entre 15 e 30 mil habitantes passariam a ter o contingente de 11 vereadores e vereadoras. Os municípios com populações menores do que 15 mil ficaram com 9 vereadores e vereadoras.

4. CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DOS DADOS

Abaixo, apresentamos um quadro no qual são expostos alguns dados demográficos de todos os casos de desistências ocorridas no período por nós analisados. Vê-se que, possuir ensino superior e ser casado são itens que correspondem a maioria de quem exerceu e abandonou voluntariamente o mandato no pleito subsequente. Dos 5 casos encontrados, 3 (60%) são de estreantes em mandatos legislativos. Dois casos (40%), são de pessoas que já exerceram outro mandato antes do derradeiro, por coincidência, o anterior.

Idade à época do pleito	Profissão	Ano da vitória eleitoral	Estreante	Partido	Estado Civil	Número de votos
29	Advogado	2004	Sim	PL	Solteiro	259
71	Pedagoga	2012	Não	DEM	Viúva	379
45	Empresário	2012	Não	PSD	Casado	502
66	Professor	2012	Sim	PSDC	Casado	502
29	Professor	2012	Sim	PR	Casado	588

Quadro 1 – Levantamento do número de desistências.

Fonte: o autor, com dados do TSE.

Mesmo no nível municipal, onde a expectativa de conseguir realizar as entrevistas com todos os casos que envolvem o universo da pesquisa era maior, as dificuldades ora mencionadas apareceram. Das cinco entrevistas previstas, logramos êxito em apenas duas. Dos demais casos, um ex-vereador já não reside na cidade de Muzambinho; outro, em virtude de um acidente de bicicleta e da inerente dificuldade do processo de recuperação, achou melhor não participar; e por sua vez um ex-vereador até se mostrou disposto, mas a sua agenda corrida impossibilitou a realização da entrevista a tempo.

Os convites para a participação foram feitos sempre que possível pessoalmente, com a apresentação da síntese da pesquisa, dos objetivos e de outros aspectos que envolveriam a participação, juntamente com a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Quando não foi possível o encontro, o contato foi feito por telefone, através do aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp*, seguindo a mesma lógica da apresentação e convite feitos pessoalmente.

Como entrevistamos um homem e uma mulher, nós identificaremos e diferenciaremos os entrevistados ao nomeá-los de “ex-vereador” e “ex-vereadora”. Nas citações de trechos extraídos das entrevistas, a “entrevista ex-vereador” se refere à entrevista concedida pelo homem, e a “entrevista ex-vereadora” pela mulher.

Conheçamos um pouco mais sobre os dois entrevistados. O primeiro é um professor de português aposentado, atualmente com 72 anos, que já foi prefeito de Muzambinho em duas oportunidades, de 1983 a 1988 e de 1997 a 2000. O primeiro mandato de seis anos se deu em razão de um período de transição, visando separar as eleições gerais dos pleitos municipais. Em 2012¹², candidatou-se ao cargo de vereador e obteve vitória nas urnas, exercendo em sua completude o mandato de 2013 a 2016, e não mais tentando a reeleição para o mandato subsequente ou para quaisquer outros cargos eletivos. O Ex-vereador já foi filiado ao Partido Democrático Social (PDS), ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e concorreu ao mandato de vereador pelo Partido Social Democrata Cristão (PSDC), atual Democracia Cristã (DC).

Nos dias de hoje, não é mais filiado a nenhum partido. Inclusive, advoga no sentido da possibilidade de que tenhamos as candidaturas avulsas, isto é, sem a obrigação de ser filiado a uma agremiação política que, segundo ele, tornaram-se numa “sopa de letrinhas”. Tem três filhos, é casado, natural de Muzambinho e não possui nenhuma ligação com ONG, Associação ou Movimento Social.

Quando perguntado sobre o por que do cargo de vereador, nos respondeu citando Tancredo Neves, ao afirmar que a “política só tem a porta de entrada”, e que, por isso, é tão difícil abandoná-la:

“Não sei se é bem o que eu queria, mas, de toda forma, parece que é um certo vício, também. Existe alguma coisa que move, movimenta a gente nesse aspecto. Então eu queria militar na política, queria experimentar a condição de vereador, porque já tinha passado, como disse, por duas experiências no poder executivo. A minha

¹² Voltar 12 anos após o fim do mandato no executivo para exercer um mandato no legislativo, segundo nosso entrevistado, aconteceu porque a política constitui um certo vício. Nesse sentido, a experiência da edilidade apareceu como uma boa alternativa para voltar a se envolver com assuntos pertinentes à comunidade.

mulher também foi vice-prefeita [...], tinha sido também vereadora, e eu queria também ter essa experiência na vereança” (entrevista ex-vereador)

Apesar de não dar como descartada a possibilidade de voltar a disputar um posto eletivo, ele afirma que isso só ocorreria se eventualmente houvesse a possibilidade de candidaturas independentes.

Nossa outra entrevistada também é natural de Muzambinho, atualmente com 77 anos, pedagoga por formação e filiada ao Democratas (DEM) desde 2008, ano em que conseguiu sua primeira vitória nas urnas, vindo a conseguir a reeleição no pleito de 2012, exercendo o mandato e depois abandonando a vereança. Em 2017, teve uma rápida passagem pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Muzambinho (cargo de indicação política), mas, em virtude de suas funções na Associação dos Voluntários Muzambinhenses no Combate ao Câncer (AVMCC), associação que preside, acabou por achar desgastante manter as duas atividades, optando, assim, por voltar a dedicar-se totalmente ao AVMCC, lugar que, segundo ela, é onde se sente realizada.

Para ela, a entrada na política era uma oportunidade de ampliar seu escopo de ação social e política, com maior possibilidade de ajudar a comunidade. Quando perguntada sobre a razão de ter escolhido o cargo de vereadora, ela afirmou o seguinte

“Porque a gente tem que começar por algum lugar; prefeito já era do meu partido, então eu quis começar como vereadora. Era a minha vontade ser vereadora” (entrevista ex-vereadora)

Embora o número reduzido de entrevistas impossibilite uma análise estatística-textual mais completa, ainda é possível, pelo menos de maneira ilustrativa, trazermos para este trabalho a nuvem de palavras extraída de cada uma das entrevistas. Ela é um recurso visual muito interessante, ao passo que expõe de maneira bem clara as palavras que aparecem com maior frequência, as exibindo em tamanhos variados, de acordo com sua importância ao *corpus* textual.

A nuvem de palavras obtida a partir da entrevista ex-vereador é bem cheia, com especial destaque às palavras “vereador”, “prefeito” e “participar”, que sintetizam bem o seu espírito. Vejamos:

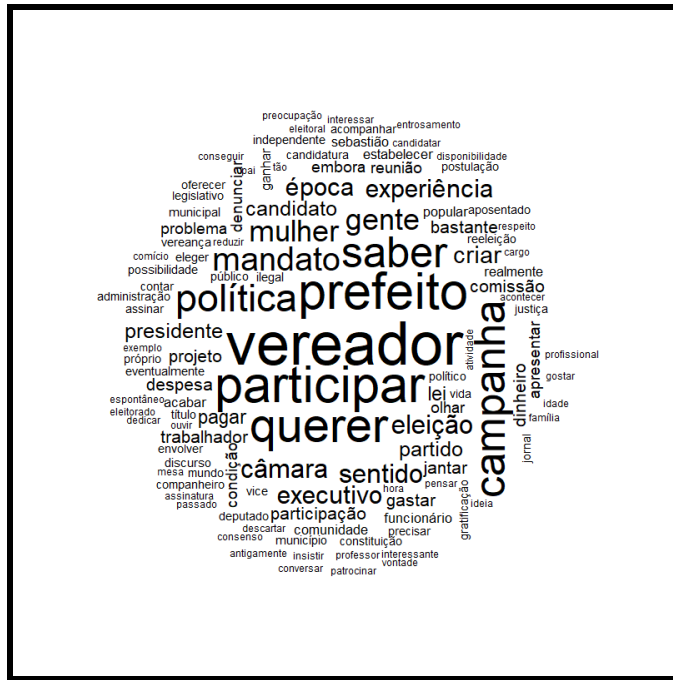


Figura 3: Nuvem de palavras entrevista ex-vereador

Fonte: o autor

Nesse sentido, as principais dificuldades relacionadas à vereança, para o ex-vereador são três. A primeira delas é o caráter quase que ornamental dos/das vereadores/as, o que se dá em função da impossibilidade de criar leis que gerem despesas, o que, para ele, é algo totalmente irreal, pois, em suas próprias palavras, “todas as leis criam despesas, a menos que sejam esse tipo de coisas bobas aí de nome de rua, título de cidadão honorário, essas coisas”.

Sua visão crítica em relação a essa impossibilidade de gerar despesas, e a consequente forma com que isso molda a atuação parlamentar, fez com que sua postura durante o mandato acabasse por gerar situações de atritos com os/as demais colegas de plenário. É o caso de quando se colocou contra a gratificação salarial, que equivaleria ao décimo quarto salário dos/as servidores/as da casa legislativa; ou quando foi contrário à homenagem à mulher trabalhadora que, para ele, era uma injustiça para com as demais mulheres do município, na medida em que somente algumas eram homenageadas, ainda mais, de acordo com ele, obedecendo com especial atenção aos critérios eleitorais do que os propriamente sinceros.

A segunda dificuldade é a falta de participação popular. Esta, segundo sua percepção, caso fosse mais ostensiva, certamente transformaria a atividade legislativa para melhor. Nesse

sentido, ele citou outra pauta que não encontrou muito eco na casa, mas que ele postulou com bastante afinco: a redução do número de vereadores/as de 11 para 9; algo que a seu ver era totalmente plausível, principalmente em virtude do caráter ornamental da vereança. A princípio, ele conseguiu as quatro assinaturas necessárias para apresentar o projeto, mas, na última hora, um vereador a retirou, o que acabou por impossibilitar a apresentação e apreciação pelo plenário.

Para ele, a participação popular seria capaz de reverter esse quadro, garantindo maior pressão sobre a atividade parlamentar e sua consequente atuação mais próxima aos anseios populares.

“Por exemplo, o projeto a respeito de reduzir o número de vereadores, esse projeto com toda certeza seria aprovado se houvesse a casa cheia, bastava a casa estar cheia. [...] os vereadores não votam contra o mando do povo, é caixa de ressonância da sociedade. Então, se o povo participasse mais, seria diferente” (entrevista ex-vereador)

Por fim, a terceira dificuldade é a falta de entrosamento político com o executivo, no sentido de que tanto legislativo e executivo cooperem, ouçam-se mais, entendam-se mais e desenvolvam planos e projetos em parceria.

Já a nuvem de palavras obtida através da entrevista concedida pela ex-vereadora é menos densa, porque suas falas são mais sucintas. Os destaques da nuvem são com relação às palavras “projeto”, “política” e “vereador”, e é sobre elas que faremos uma breve apresentação. A seguir:

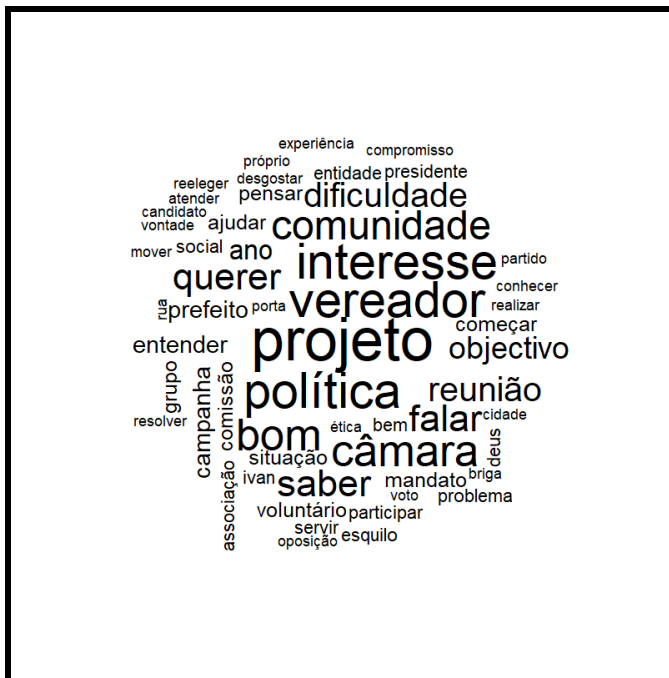


Figura 4: Nuvem de palavras entrevista ex-vereadora
Fonte: o autor

A ex-vereadora exerce um importante papel como voluntária e presidenta da AVMCC. Por isso, ao entrar para a política, sua expectativa era ajudar um número maior de pessoas, principalmente através da elaboração de projetos, coisa que, conforme ela deixa claro, era um de seus objetivos. Entretanto, logo ela enfrentou forte desilusão com a forma pela qual a política é praticada no mundo real.

“[a] composição de todos em torno de um projeto não era de interesse. Então, é como toda Câmara e todo lugar que tem política, cada um por si e Deus por todos. Isso também foi uma decepção para mim, eu achava que a gente ia combinar, a Câmara ter um projeto. Reciclagem do lixo, todos os vereadores trabalhando para aquilo e eu que fiz o projeto; organização de uma sala de degustação de café, que é um projeto muito interessante, porque os produtores não têm aonde classificar o seu café, então são projetos muito bons e passaram limpo pela Câmara, e isso me desgostou também” (entrevista ex-vereadora)

A cooperação, que é fruto e essência de seu trabalho junto ao Voluntários do Câncer, que ela almejava transferir à política e, assim, aumentar seu alcance em prol de uma comunidade mais justa e acolhedora, rapidamente mostrou-se algo de difícil realização, fato este que acarretou no desestímulo de frequentar as atividades da Câmara para além daquelas nas quais a presença era indispensável.

Ao longo de seus dois mandatos, ela apresentou cerca de 30 projetos, mas nenhum vingou, contribuindo ainda mais para sua desilusão diante da atuação parlamentar.

“[...] eu fiz mais de 30 projetos, nenhum foi viabilizado, para te falar a verdade. Então, eu fiz muitos projetos bons para a comunidade. Eu considero que foi muito produtivo nessa parte. Toda experiência é boa, por pior que a gente esteja realizada, é uma experiência. Qualquer aprendizado é bom, não é? Mesmo que não dê certo. Eu me senti bem, apesar das dificuldades” (entrevista ex-vereadora)

Portanto, essa breve descrição gerada a partir da nuvem de palavras, na qual passeamos pelos temas relacionados às palavras de maior destaque, contribuiu para que obtivéssemos indícios que confirmem uma das hipóteses discutidas no capítulo de abertura deste trabalho, a saber: desilusão. Contudo, vislumbramos dois tipos de desilusão, uma voltada especificamente à atividade legislativa e seus meandros, e outra voltada à política de um modo geral.

Para o ex-vereador, o processo político e a forma pela qual a política é experimentada no cotidiano não são necessariamente o problema, já que são inerentes a ela os embates políticos, a disputa dos mais diversos interesses e sobretudo a percepção de que ela nada mais é do que produto de nossa instável natureza humana. A melhor forma de harmonizar tudo isso é justamente o incentivo e aumento da participação. Se ruim com a política, certamente pior sem ela.

“Eu acho que, como se diz, a política é uma coisa boa, uma coisa necessária, é algo que a gente tem que trabalhar, incentivar. Eu vejo com muita preocupação, quando estava dando aula, os alunos, quando a gente queria tratar do assunto, discutir sobre política, os alunos tapavam o nariz, não querem saber, sobretudo a juventude; esse afastamento, essa alienação [...], achando que é uma coisa nojenta, uma coisa feia, [...], então isso me preocupa. Isso interessa também aos segmentos que detêm o poder, né? Então, eu vejo assim, que a gente tem que buscar exatamente esse caminho do envolvimento, da participação das pessoas, porque só assim, com a política, nós vamos melhorar como país, como gente e tudo mais, e a política é fascinante nesse sentido, que faz com que a gente se renove até pessoalmente, particularmente, então eu admiro, eu vejo muita gente, às vezes até uns deputados, senadores com 70, 80 anos e estão lá debatendo, discutindo e eu acho isso bonito e acho que isso é renovação de vida, ao invés de ficar aí lamentando de tudo, reclamando de tudo, chorando por tudo e tudo mais” (entrevista ex-vereador)

O problema, entretanto, para ele, é ter que estar obrigatoriamente ligado a um partido para exercer a política institucional.

Por outro lado, o desencanto com a atividade política pareceu mais profundo no caso da ex-vereadora, uma vez que a política, voltada única e exclusivamente à promoção do bem comum, à cooperação e às causas sociais infelizmente não encontra solo fértil em sua prática costumeira.

“Eu não tenho mais contato com a Câmara, eu perdi o interesse, porque a Câmara para mim foi uma decepção, eu esperava uma coisa e é outra completamente diferente. Eu acho que a política, no Brasil, ela não tem aquele viés social, de fazer para outros, é mais para si, vendo o seu próprio umbigo. Então, eu sempre falei sobre ética, sobre cooperação. Sei que existe competição, mas você tendo um objetivo, todos trabalhando por aquele objetivo, você consegue muita coisa, e a minha experiência na Câmara não foi assim. Foi uma coisa muito dispersa, cada um para si e Deus para todos, isso me desgostou muito” (entrevista ex-vereadora)

Além disso, devemos levar em consideração uma hipótese aventada por Florentino (2008), segundo a qual o pertencimento a um grupo minoritário, e a conseqüente percepção da baixa capacidade de influenciar o jogo político acabam por levar à desistência. Nos dois mandatos que exerceu, a ex-vereadora foi a única mulher eleita, ou seja, há a possibilidade de que essa posição minoritária tenha tido efetivo efeito na forma pela qual o processo político se desenrolou, ocasionando a decepção com o *modus operandi* da política. Lembremos: ela apresentou mais de 30 projetos e sequer um foi aprovado. Infelizmente, o baixo número de casos nos impossibilita de fazer uma afirmação mais categórica. Partiremos para as demais hipóteses.

A questão relacionada ao financiamento de campanha foi apontada pela literatura como uma variável de grande monta à ambição política, na medida em que é um item extremamente necessário a qualquer objetivo político. Entretanto, tal hipótese não se confirma nos casos por nós analisados aqui. Tanto para ex-vereadora, quanto para o ex-vereador, o financiamento de campanha não foi um entrave à entrada na política e nem serviu como algo a ser devidamente pesado ao se levar em conta a possibilidade ou não de lançar-se à reeleição.

Isso se deve muito à dimensão do município, de forma que ambos usaram como estratégia de campanha o corpo a corpo, que é amplamente possível se tratando de um município do porte de Muzambinho, com algo em torno de 20 mil habitantes.

“A campanha de vereador, de agora, 2012, eu também tentei fazê-la da forma mais simples possível, gastando pouco dinheiro, indo de porta em porta, conversando com as pessoas. Eu já estava aposentado, então tinha tempo, né? Ia conversando com as pessoas aqui, ia levando uma mensagem, mandei uma cartinha para cada uma daquelas pessoas que podiam eventualmente me apoiar, e pedindo o apoio, mas

sem nenhum estardalhaço, nenhum barulho, sem nada, procurando conversar e procurando convencer” (entrevista ex-vereador)

“Minha campanha foi muito fácil, porque eu tenho muita liderança aqui na cidade por conta do trabalho dos voluntários, então era muito aceito, eu fui a vereadora mais votada, mulher, na história de Muzambinho, com quase 800 votos. Então a facilidade que o povo creditava em mim, então eu tinha uma credibilidade muito grande, esse trabalho aqui é um trabalho de muita repercussão na cidade, apesar de eu nunca fazer campanha em nome da entidade, nunca usei a entidade para fazer campanha, mas aqui em Muzambinho, como é muito pequeno, quando eu batia na porta da casa, ‘ah, você é dos voluntários?’, então a única ligação que eu tinha com a entidade era essa” (entrevista ex-vereadora)

Mas se engana quem pensa que a cidade pequena e sua possibilidade de fazer campanhas mais baratas tenham só o bônus, pelo contrário, como absolutamente em tudo nessa vida, o ônus está lá, à espreita. Vejam bem, a idade foi uma das líderes de frequência no rol de hipóteses discutidas no primeiro capítulo, e não à toa, já que a própria entrevistada, ao falar sobre as dificuldades de sua campanha, apontou justamente o cansaço gerado por campanhas dessa natureza.

“A dificuldade foi realmente de andar muito. É muito cansativo, e precisa muito de disposição, e tanto é que eu não fui candidata a terceira vez, à reeleição na terceira vez, por conta disso. Por causa do cansaço mesmo. É muito cansativo, é muito compromisso, e não é compromisso social não, é compromisso de campanha mesmo, eu acho que cansa muito, é reunião, muita discussão que não leva a nada. Eu não sou muito de falar muito, não” (entrevista ex-vereadora)

Além do cansaço ocasionado pelo tipo de campanha praticada, no trecho acima a ex-vereadora ainda nos revela que o desgaste inerente à atividade da vereança, com reuniões e inúmeros compromissos foi um fator decisivo no que tange ao abandono da carreira política.

Embora o ex-vereador defenda que afastemos os políticos profissionais da política, devido a seu suposto caráter pernicioso à democracia, ele não acha que abandonar a política seja uma coisa boa a se fazer, mesmo em situações nas quais a idade esteja avançada.

“ [...] como já disseram alguns: ‘não quer largar o osso’, como se fosse uma coisa boa de se fazer. Mas eu acho que mesmo nessa condição de 72 anos de idade, aposentado, eu preciso de mais alguma coisa, eu tenho que fazer alguma coisa, e isso foi o que me motivou à eleição de 2012” (entrevista ex-vereador)

A idade parece um fator importante para levar ao cabo a carreira política, entretanto, ela ganha força quando somada a outros fatores, como, por exemplo, desgaste com o processo político, doenças, questões familiares, natureza de campanha, entre outros.

Quando perguntados a respeito de algum problema relacionado à saúde ou questões pessoais que tiveram impacto na decisão de abandonar a carreira política, ambos afirmaram que não. Além disso, o apoio familiar também não se mostrou um problema. A ex-vereadora declarou-se totalmente apoiada por seus familiares; enquanto que o ex-vereador disse que no período de planejamento à candidatura houve certo receio de seus filhos, entretanto, após o início da campanha, todos não só o apoiaram, como se entregaram de corpo e alma à campanha.

O relacionamento com seus pares também é uma das hipóteses suscitadas pela literatura, por certo de que a convivência tumultuada pode representar um grande desestímulo à continuidade da carreira política. Isso parece ter impactado mais o mandato do ex-vereador, pois, em sua fala, ele nos contou três situações nas quais tomou posições contramajoritárias e que as discussões contidas nessas decisões acabaram por “azedar” as relações com os demais membros da casa legislativa; mas, obviamente, tudo dentro da civilidade. É o que podemos ver no trecho abaixo:

“Às vezes um pouco quente, com um ou outro, mas, de forma geral, acho que foi uma relação de civilidade. Às vezes, quando o assunto era mais quente, então, de repente, tinha um problema, ficava durante algum tempo, atritava aqui e ali, mas depois acabávamos chegando num consenso. [...] Da minha parte eu entendo, eles também reconhecem isso, que houve, às vezes, um excesso de parte a parte, mas nada de sair às vias de fato, como já houve no passado, sabe né? Saíram às vias de fato. No nosso caso, não. Às vezes ficava assim, azedavam-se as relações durante uma certa temporada, mas depois voltava-se à vida” (entrevista ex-vereador)

Por outro lado, a ex-vereadora, embora tenha uma postura menos combativa e mais conciliadora, apostando que os objetivos comuns devam nortear os caminhos a seguir, também revelou que as relações, às vezes, assumiam contornos de dificuldade.

“A relação pessoal era muito boa. A relação política que tinha muitos entraves, não por mim, mas pela oposição. Porque quando eu falava em ética, era como se eu tivesse falando para ninguém, porque era uma coisa que não era do interesse; a ética não era do interesse” (entrevista ex-vereadora)

Fazer parte ou não da base de apoio ao executivo também foi uma das hipóteses mobilizadas pela literatura, contudo, esta condição não foi tida como relevante nem para o ex-vereador, nem para ex-vereadora. Durante seu mandato, ele foi líder do prefeito na Câmara. Já a ex-vereadora fez parte da base aliada do prefeito no primeiro mandato e de oposição ao prefeito no segundo. Inclusive, afirmou não sentir diferenças entre ser de oposição e situação, muito em razão de seu espírito cooperativo. Porém, ela reconhece que há vereadores que não conseguem traçar uma ação próxima à do executivo.

“O[prefeito que fui oposição] não criou problemas, nem o [prefeito que fui situação]. Eu aprovei todos os projetos, acho que só um que eu não aprovei, eram projetos que não mudavam muitas coisas, mas eu não tive dificuldade nenhuma de relacionamento com o prefeito” (entrevista ex-vereadora)

“Tem vereador que não conseguia fazer reunião com o prefeito. Eu ia em todas as reuniões que ele marcava. Eu tinha que saber o que estava acontecendo. Então eu nunca tive essa situação, não, essa coisa não, eu sou da paz, eu falo uma vez, duas vezes, três vezes, depois não falo mais, porque eu tenho as minhas convicções, eu sei porque eu estou aqui, eu sei qual é a minha responsabilidade” (entrevista ex-vereadora)

Curioso é o fato de que, mesmo sendo da situação, o ex-vereador reconhece que houve falhas do prefeito no sentido de se abrir mais ao diálogo e ter uma atuação conjunta junto à base de sustentação no âmbito legislativo:

“Então, nós não tínhamos muito contato, muita vivência, muito entrosamento nesse sentido. O [prefeito] é uma pessoa complicada. Realmente, ele se fecha mesmo e acha que ‘pronto e acabou’ e não ouve nada de ninguém. É um direito dele também, mas acho que o prejuízo é para a administração, para o desenvolvimento do município” (entrevista ex-vereador)

A estratégia partidária, isto é, o abandono da carreira política em decorrência de uma decisão do partido também não se mostrou algo que se sustente nos casos por nós analisados neste trabalho. Primeiro porque ambos afirmaram que após o período eleitoral, os partidos (DEM e DC) não desenvolveram nenhum tipo de atividade ou reuniões para pautar a atuação e estratégias. Portanto, isso vai ao encontro do fato de que, novamente, ambos afirmarem que o partido não teve nenhuma influência na decisão de deixar a carreira política.

Como já mencionado, o ex-vereador defende com vigor a ideia de candidaturas independentes, de modo que sua própria filiação ao partido Democracia Cristã (DC) foi

estritamente casual, obedecendo ao pré-requisito fundamental de pertencer a um partido para pleitear um cargo eletivo:

“[...] então nós nos filiamos a esse partido, mas não tivemos nenhum tipo de entrosamento, nada. Por isso que eu trabalho no sentido de que tenhamos nossa candidatura independente mesmo, ainda mais com essa questão do coeficiente eleitoral, que você vota num candidato e elege um outro, isso é uma excrecência do sistema que tem que ser mudada. Então, não tem uma definição clara dessa sopa de letrinhas a respeito de partido” (entrevista ex-vereador)

Quando foram convidados a fazer uma auto avaliação de seus respectivos mandatos, o ex-vereador destacou o fato de que fez o que pôde dentro das circunstâncias. Enquanto que a ex-vereadora vê com bons olhos sua atuação, apontando o elevado número de projetos apresentados e também a forma conciliadora em que atuou, sendo o meio-campo entre oposição e situação.

Quanto aos cargos ocupados durante o mandato, o ex-vereador afirma que fez parte tanto da mesa diretora quanto das comissões, enquanto que a ex-vereadora esteve presente apenas nas comissões, não exercendo nenhum cargo na mesa diretora.

“Eu era presidente da comissão de constituição, justiça e redação; comissão de meio ambiente; comissão de fiscalização. Eram nove comissões e eu participava de oito” (entrevista ex-vereadora)

“Eu fui presidente da comissão de justiça e redação. Na mesa diretora eu fui vice-presidente. Fiz parte da comissão de saúde e educação. Esses cargos, porque lá não tem... ou você faz parte das comissões, ou faz parte da mesa diretora, eu fiz parte das duas coisas” (entrevista ex-vereador)

Se por um lado a literatura aponta que quanto mais intensa for a atuação parlamentar maiores as chances de se tentar a reeleição, por outro, isso não pareceu ter validade nos casos investigados por nós, ao passo que o ex-vereador alega ter tido importante papel tanto na mesa diretora quanto nas comissões e nossa entrevistada, embora não tenha exercido cargos na mesa diretora, afirma ter participado ativamente de quase todas as comissões do legislativo municipal.

No que concerne ao desenvolvimento da atividade legislativa em paralelo com as demais atividades profissionais e corriqueiras do cotidiano, ela não parece ter tido impacto direto aos nossos entrevistados. Quando o ex-vereador exerceu o cargo de vereador, ele já era aposentado, então não enfrentou grandes dificuldades para se manter atuante enquanto

vereador. Por sua vez, a ex-vereadora conseguiu conciliar sem grandes dificuldades a atividade desenvolvida nos Voluntários do Câncer e a atividade de vereança.

“Eu pedi licença aqui da associação, mas eu vinha aqui todo dia, não deixei de ser voluntária nenhum dia, isso aqui é muito importante para mim. Eu tentava conciliar as duas coisas. Eu ia de manhã na Câmara e à tarde aqui. Aqui só funciona à tarde, quer dizer que não dificultou em nada” (entrevista ex-vereadora)

No entanto, perguntamos ao ex-vereador se a atividade profissional exerce algum impacto negativo na atuação parlamentar e ele defende que não, mas pensa o contrário no caso de cargos no executivo:

“No caso do vereador, nem é, porque você tem uma reunião semanal. [...] mesmo na época eu apresentei alguma sugestão de que o vereador tivesse que pelo menos estar lá durante um tempo para atender a comunidade e para exercer sua atividade, sobretudo a de fiscalização do poder executivo, de estar lá presente. Então, seja como for, em outros casos, exercer uma atividade profissional é um fator limitador. Agora o prefeito, em absoluto, o prefeito tem que ser dedicação integral mesmo” (entrevista ex-vereador)

O que o ex-vereador considera fundamental para exercer um cargo eletivo, seja ele no executivo ou legislativo é: condição; competência; disponibilidade; bons propósitos e a vontade de trabalhar por e para a comunidade. Para ex-vereadora, o fundamental é entender que a vereança não é para satisfação própria, mas, sim, para servir ao próximo.

“Para qualquer cargo, é você saber porque você quer ser vereador, deputado, prefeito. Depois, conhecer a realidade, quais são as dificuldades do município, quais são as potencialidades, quais são as causas dos problemas, o que que aflige a comunidade, e depois desenvolver projetos que atendam a essas dificuldades, se não a população quer banana e você oferece laranja, aí não tem jeito. Você tem que conhecer muito a comunidade, para você fazer projetos que vão ajudar no desenvolvimento do município e da população” (entrevista ex-vereadora)

Por fim, quando perguntados especificamente o porquê de abandonar a carreira política, o ex-vereador alegou questões de foro íntimo, e também certo cansaço. Enquanto que a ex-vereadora deixou explícita sua total decepção com a política.

“Porque eu deixei de acreditar na política. Política do jeito que está não é política, é um jogo de interesses. Então para mim, pelo meu pensamento, já está havendo isso, porque eu penso no próximo, penso no benefício do próximo, no que que vai ser bom para o próximo e trabalhar nesse sentido. E a política, de um modo geral, ela é egoísta, é individualista, pensa em si, eu faço um projeto pensando em quantos votos eu vou ganhar com aquilo. Eu não sou assim, então eu estava destoando. [...] tem muitos vereadores bons, tem muitos vereadores que se preocupam com a

comunidade, mas, de uma maneira geral, é muito individual” (entrevista ex-vereadora)

“Foi uma questão de foro íntimo mesmo. [...] Eu realmente fiquei frustrado, quando concluí meu mandato de vereador, fiquei frustrado, e achei por bem não me candidatar à reeleição, mas, talvez, um certo cansaço também de minha parte” (entrevista ex-vereador)

É importante salientar que as duas decisões tomadas no sentido de abandonar a carreira política se deram ao período final do mandato.

Entretanto, o fato de que ambos os entrevistados têm mais de 70 anos e mobilizam o cansaço como um fator relevante à decisão de por fim à carreira política, além de constituir um limite de nosso trabalho, na medida em que nos faltou maior diversidade no perfil da amostra, nos impossibilita de contemplar o impacto de outras variáveis que certamente se fariam presentes em uma amostra mais diversa.

Contudo, em que pese o fator limitante acima mencionado, tivemos acesso a importantes experiências e vivências do meio político a partir de duas perspectivas, que nos forneceu a possibilidade de identificar a relevância de questões relacionadas ao relacionamento com colegas de vereança, o impacto causado entre a expectativa e realidade da atividade política, bem como a suposta irrelevância, pelo menos dentro de nosso universo, de questões que a literatura aponta como fatores de peso no que tange ao abandono da carreira política: financiamento de campanha, intensidade da atuação parlamentar e a estratégia partidária.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao procurarmos responder o porquê do abandono voluntário da carreira política, guarnecidos pelas hipóteses tratadas pela literatura, segundo as quais variáveis relacionadas ao financiamento de campanha, idade, relacionamento com colegas de legislatura, doenças, estratégia partidária, desilusão com a atividade política, intensidade da atuação e ocupação de cargos no mandato exercem influência na derradeira decisão, optamos por investiga-las a partir de um contato direto com quem exerceu e abandonou o mandato, através da realização de entrevistas semiestruturadas.

Embora tenhamos trabalhado em um universo de pesquisa pequeno e com pequena diversidade da amostra, este trabalho nos trouxe a oportunidade de nos colocarmos próximos ao discurso de um ex-vereador e uma ex-vereadora, que abandonaram a carreira política de forma voluntária após o término de seus respectivos mandatos. Discurso este que nos fornece importantes indícios da perspectiva de quem fez parte do jogo político, o conheceu de perto e depois retirou-se.

Nossa abordagem mais profunda em dois casos certamente tem muito a contribuir para a literatura a respeito da ambição discreta, na medida em que há poucos trabalhos que seguiram esse caminho, também pela dificuldade de ter acesso às percepções, histórico e narrativas dos/das políticos/as que saíram de cena. Ora, os motivos envolvidos no abandono da carreira política muitas vezes são pessoais, e por isso são difíceis de serem alcançados senão pela forma que utilizamos.

Mesmo numa cidade pequena, onde existe certa familiaridade entre as pessoas, pesquisar um tema tão delicado e pessoal se mostrou bastante desafiador, o que traz um sabor especial ao que conseguimos apresentar neste trabalho. Para além dos benefícios acadêmicos, este trabalho trouxe um engrandecimento absurdo, pois ter a oportunidade de dialogar, conhecer um pouco da história de vida de nosso objeto de pesquisa faz com que todo o esforço valha e muito a pena.

Como bem disse o ex-vereador em um determinado momento: “a política mexe com a gente”, por isso a tarefa de estudá-la, de ser um pesquisador da área é algo que exige muita sensibilidade, pois ela está intimamente ligada ao que entendemos por um mundo melhor. No

fundo, a política é a única coisa que nós possuímos para chegarmos perto de concretizar a fascinante ideia de justiça, que nos move.

Nesse sentido, como política vai para além dos domínios da razão, transbordando e inundando o terreno das emoções, soa natural que o desencanto com a forma pela qual ela é praticada no terreno institucional seja algo em comum aos casos de abandono de nossos entrevistados. Entretanto, somente a desilusão não parece ser capaz de explicar por completo o abandono da carreira política, já que ela se apresenta mais como o resultado final de um processo, composto por diversas variáveis. Assim, no caso do ex-vereador, por exemplo, os fatores que mais pesaram para a decisão de por cabo à carreira política foram a baixa capacidade de agenda da vereança, na medida em que, segundo ele, não há potência suficiente para efetuar, ou propor mudanças efetivas na comunidade diante de um grande entrave legal, que é a impossibilidade de gerar despesas em suas leis; isso ganha ainda mais relevância ao levarmos em conta que, embora pertencente à situação, a relação com executivo não foi tão recíproca quanto ele esperava que fosse.

Aliado a isso, temos a questão da baixa participação popular, coisa que ele sentiu muito, principalmente pelo tipo de atuação política que ele desenvolveu em seu mandato, assumindo posições contrárias, e na maioria das vezes solitária, às pautas que julgava injustas para com os demais cidadãos e cidadãs muzambinhenses, o que tornava a participação popular, a seu ver, ainda mais relevante, já que, na Câmara, suas reivindicações encontravam baixa adesão.

A ex-vereadora, por sua vez, atua e atuou grande parte de sua vida na Associação dos Voluntários Muzambinhenses no Combate ao Câncer, associação que tem na reciprocidade, companheirismo e cooperação seu Norte, deixando amplamente os interesses individuais em prol de uma ajuda coletiva às pessoas que padecem de uma doença que, para além do tratamento médico, exige o acolhimento, amparo e ajuda, sobretudo por vivermos numa sociedade extremamente espoliada, injusta e desigual.

Infelizmente, o desejo de permear o campo político com a lógica que vigora na ação dos Voluntários, ampliando o escopo de ação, não aconteceu. E ela deixou bem claro que isso contribuiu muito para que a decisão final fosse tomada. A falta de um projeto transversal de ação, que una toda a atuação da Câmara Municipal, indo além de interesses específicos e individuais pareceu trazer grande decepção ao seu projeto político.

Além disso, o que chama a atenção é que a ex-vereadora pareceu ser pouco ouvida por seus demais colegas de vereança; isso pode explicar em boa medida as razões de mais de trinta projetos de sua autoria não terem tido sequer uma aprovação. Ora, a literatura apontou que pertencer a um grupo pouco penetrante na política, como, por exemplo, as mulheres, pode ter um peso decisivo no que tange à continuidade de sua carreira.

As hipóteses relacionadas à influência do partido político, ao pertencimento ou não à base aliada do executivo, questões relacionadas ao financiamento de campanha e questões de saúde não tiveram impacto na escolha de abandonar a carreira política de nossos entrevistados. Das hipóteses elencadas, as que tiveram maior impacto foram questões de relacionamento com colegas de vereança; a idade se mostrou um ponto importante, mas não suficiente para sustentar o abandono da carreira política; e, claro, a total desilusão com a política. Em um dos casos, uma desilusão voltada mais à atuação do vereador; noutro, voltada mais à política de uma forma geral.

Um importante achado deste trabalho reside no fato de que, embora a participação popular não tenha aparecido no elenco de hipóteses que podem ter influência na decisão de dar cabo à carreira política, ela figurou no rol de itens que tiveram relevância ao ex-vereador, podendo se acrescida às hipóteses de pesquisas vindouras.

O fato de nossa intenção inicial no sentido de realizar um censo com todos os casos de desistência ocorridos em Muzambinho-MG ter sido frustrada, acabou por representar um grande limite ao trabalho, ao passo que, antes das recusas por participar da pesquisa, o universo a ser pesquisado já era pequeno, acabou por tornar-se, depois, menor ainda, ocasionando a impossibilidade de apresentação de uma amostra mais diversa, que pudesse contemplar de maneira mais ampla outras hipóteses investigadas pelo trabalho.

A construção do conhecimento se dá por etapas, em um longo processo. É impossível abranger tudo a partir de uma única pesquisa, por isso, apresentamos algumas sugestões de caminhos a serem percorridos para preenchemos mais e mais esse recorte do conhecimento: 1) a realização de uma pesquisa comparativa na qual variáveis como sexo, idade e renda sejam contempladas; 2) uma investigação numa metrópole, onde questões relacionadas ao financiamento de campanha e relacionamento com o partido ganham maior relevância; 3) uma pesquisa que analise o executivo também é uma boa possibilidade, mas devemos nos atentar ao fato de que a estrutura das oportunidades de carreira neste caso é

diferente: mandatos limitados. Além disso, se no que tange à arena legislativa o número de casos não é grande, a tendência é que na arena legislativa os casos sejam menores ainda.

Como vimos, tanto na literatura, quanto no seio deste trabalho, o grande desafio deste tipo de análise é justamente conseguir acessar os discursos dos e das retirantes da arena política, o que torna cada trabalho nesse sentido como um “trabalho formiguinha”, com uma análise aqui, outra acolá e, juntos, conseguirmos aos poucos superarmos as adversidades impostas pela realidade e fornecermos cada vez mais indícios dessa importante perspectiva a respeito da arena política.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMBIÇÃO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2018. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/ambicao/>. Acesso em: 17 nov. 2018.

BARRETO, Alvaro. Reeleição Parlamentar: reflexões metodológicas e análise do caso da Câmara de Vereadores de Pelotas (1976-2004). **Opin. Pública**, Campinas, v. 14, n. 21, p.123-148, jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v14n1/05.pdf>. Acesso em: 09 maio 2018.

BARRETO, Alvaro Augusto de Borba. Para onde ir?: a trajetória eleitoral dos prefeitos das capitais estaduais brasileiras (1996-2014). **Opin. Pública**, Campinas, v.23, n.1, p.194-229, abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v23n1/1807-0191-op-23-1-0194.pdf>. Acesso em: 07 maio 2018

CORREA, Filipe Souza. O que fazer para sobreviver politicamente?: padrões de carreira dos deputados estaduais no Brasil. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política)—Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016

DUARTE, Rosalia. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p.213-225, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a11.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2018.

FLORENTINO, Renata. Saindo de cena: parlamentares que desistem da disputa eleitoral (1990-2006). **Rev. Sociol. Polít**, Curitiba, v. 16, n. 30, p.45-63, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v16n30/05.pdf>. Acesso em: 23 maio 2018.

FLORENTINO, Renata. Saindo de cena: parlamentares que desistem da disputa eleitoral (1990-2006). 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

GRAÇA, Luís Felipe Guedes da; SOUZA, Cíntia Pinheiro Ribeiro de. Uso estratégico de eleições alternadas?: Efeitos da candidatura para prefeito sobre a votação dos concorrentes ao cargo de deputado federal no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 20, n. 3, p.326-345, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v20n3/0104-6276-op-20-03-00326.pdf>. Acesso em: 23 maio 2018.

LATINOBAROMETRO. Informe 2018. Santiago, Chile, 2018. Disponível em http://www.latinobarometro.org/latdocs/INFORME_2018_LATINOBAROMETRO.pdf Acesso em: 27 nov. 2018

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio. Estratégias para sobreviver politicamente: Escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 9, n. 1, p.44-67, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v9n1/16151.pdf>. Acesso em: 09 maio 2018.

LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. Carreira política e mobilidade social: o legislativo como meio de ascensão social. **Revista Ciência Política**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 7, p.83-95, 1973. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rcp/article/viewFile/59236/57676>>. Acesso em: 20 maio 2018.

LIMA, Rafael Nachtigall de; BARRETO, Alvaro. A Carreira de vereador e a ambição progressiva: análise a partir do caso do Rio Grande do Sul (2002-2010). **Pensamento Plural**, Pelotas, v.12, p.91-115, jun. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/viewFile/3175/2714>>. Acesso em: 04 maio 2018

LIMA, Rafael Nachtigall de. Vereadores não eleitos deputados no RS (2002-2010): ambição estática e continuidade da carreira política. In: I Seminário Internacional de Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, set. 2015. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/RafaelLima.pdf>> Acesso em 10 maio 2018.

LIMA, Rafael Nachtigall de. Vereador: características da carreira e ambição política. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 18, n. 3768, 25 out. 2013. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/25615>>. Acesso em: 14 maio 2018.

LIMA, Iana Alves de. Carreiras e ambição política em sistemas multinível: um estudo de caso da circulação política no Brasil (1995-2015). 2017. 112 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)— Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

MANCUSO, Wagner Pralon et al. Determinantes dos padrões de carreira política dos deputados federais paulistas entre as legislaturas 49ª (1991-1995) e 53ª (2007-2011). **Opinião Pública**, Campinas, v. 2, n. 19, p.430-448, nov. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v19n2/v19n2a08.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2018.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital Político e Carreira Eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n. 20, p.115-134, jun. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n20/n20a10.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2018.

SANTANA, Luciana. Ambição e trajetórias políticas dos legisladores na Argentina, Brasil, Chile e Uruguai. In: 30º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu. **Painel** [impresso] p. 1-31, 2006.

TOLOI, Gabriela Gallucci; MANZINI, Eduardo José. Etapas da estruturação de um roteiro de entrevista e considerações encontradas durante a coleta dos dados. In: VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial, Londrina, 2013. Anais Eletrônicos. Londrina, disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT14-2013/AT14-008.pdf>> Acesso em 12 jul .2018.

7. ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “**Fugindo à regra: o abandono voluntário da carreira política**”. Nesta pesquisa, pretendemos investigar as razões por trás do abandono da carreira política. O objetivo deste estudo é compreender o espaço político através de uma perspectiva diferente, ou seja, daquelas pessoas que optaram por não mais prosseguir com a carreira política.

Sua participação consiste em responder a uma entrevista semiestruturada, com base em sua vivência, experiência e percepção de sua trajetória política, desde o início até o seu fim. O tempo estimado para isso é de aproximadamente **45 minutos**. Além disso, é importante frisar que todo o procedimento será gravado, a fim de que haja uma posterior análise do material coletado.

Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em vir ao conhecimento público as razões responsáveis pelo abandono de sua carreira política, o que pode, dependendo de seus projetos futuros, levar a críticas de uma eventual oposição. Por outro lado, o benefício esperado desta pesquisa é o acesso a um material que, além de não ser possível alcançá-lo de outra forma, pode nos fornecer indícios da vitalidade do espaço político e como ele é visto por alguém que o conheceu de perto, mas se retirou.

Para participar deste estudo o (a) Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, o (a) Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. O (A) Sr.(a) tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o (a) Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida ao (à) Sr.(a).

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável permanentemente após o término da pesquisa.

Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, contato _____, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa “**Fugindo à regra: o abandono voluntário da carreira política**” de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Nome do Pesquisador Responsável: Thalles Renato Dias dos Reis
Endereço: Rua Tiradentes, 51, apt 1, Centro. Muzambinho.
Telefone: 31 99571-4334

E-mail: thalles12reis@gmail.com

Muzambinho, _____ de _____ de 20__.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Objetivo da entrevista: A partir das respostas fornecidas às questões abaixo, teremos um material que nos possibilitará compreender o seguinte fenômeno: por que houve o abandono voluntário da carreira política?

Tipo da entrevista: Semiestruturada.

PERGUNTA INTRODUTÓRIAS

Biografia

Nome completo:

Data de Nascimento:

Sexo:

Naturalidade:

Estado Civil:

Filhos: Sim/Não? Quantos?

Escolaridade:

Religião:

Social

Profissão:

Tem ligação com algum movimento social?

Tem ligação com alguma associação?

Tem ligação com alguma ONG?

Partido político ao qual é filiado:

Ano de filiação:

Já foi filiado a outro partido?

Como classificaria sua ideologia política?

E a de seu partido?

Bloco temático 1 – ENTRADA NA POLÍTICA

Como e quando entrou na vida política?

Qual era seu principal objetivo ao entrar na vida política?

Por que o cargo de vereador/a?

Como foi sua campanha?

Seus familiares e amigos o/a apoiaram?

Algum grupo ou instituição o/a apoiou?

Como financiou sua campanha?

Quais foram as principais dificuldades de sua campanha?

Possui familiares que também entraram na política?

Bloco temático 2 – EXERCENDO O MANDATO

Você pode fazer uma avaliação geral do seu mandato?

Quais cargos você ocupou durante o mandato?

Fez parte de alguma comissão?

Como foi sua relação com os demais vereadores?

Qual as dificuldades em ser vereador?

Você fez parte da base aliada ou de oposição ao prefeito?

Como era a relação com seu partido?

Como conciliou sua vida profissional com a vereança?

Enfrentou algum problema pessoal, de saúde ou familiar durante o mandato?

Bloco temático 3 – AMBIÇÃO POLÍTICA

Já pensou na possibilidade de tentar a reeleição? Por quê?

Já pensou na possibilidade de se candidatar a algum outro cargo eletivo? Qual? Por quê?

O que você considera fundamental para disputar o cargo no executivo?

O que você considera fundamental para disputar o cargo no legislativo?

Bloco temático 4 – ABANDONO DA VIDA POLÍTICA

Você tentou reeleição?

Por quê?

Você se candidatou para outros cargos?

Por quê?

Se não: Por que abandonou sua carreira política?

O partido teve alguma influência nessa escolha?

A escolha por não prosseguir na carreira política foi feita quando?

Depois de abandonar a carreira política, você exerceu algum cargo político? Qual? Quando?